

A ESTRUTURA TEMPORAL EM SANTO AGOSTINHO: O HOMEM E A ESPERANÇA PELA ETERNIDADE

Lucas Oliveira Cerqueira¹

Talita Cristina Garcia²

RESUMO

O presente artigo propôs compreender a articulação racional realizada por Santo Agostinho sobre a estrutura temporal para justificar a esperança do homem pela eternidade. O filósofo cristão elaborou uma argumentação lógica explicando as duas diferentes realidades: tempo e eternidade, na obra *Confissões*, especificamente no livro XI, apresentando o tempo como distensão da alma humana. O próprio homem percebe o transcorrer do tempo em sua mente, e o faz no tempo presente. Consciente disso, ele dividiu o tempo em um triplo presente e associou a alma do ser humano: presente do passado (memória), presente do presente (intuição) e presente do futuro (esperança) e observou que a eternidade se configura como a realidade divina, um eterno presente. O homem inserido nos limites do tempo espera a salvação de Jesus Cristo, mediante o seu amor por Deus, para o verdadeiro dia em que repousará na eternidade divina. Para chegar a este alcance, almejou-se apresentar o motivo e o instrumento da criação divina, categorizar o homem como obra-prima da criação, discutir acerca do mal e do livre-arbítrio, conceituar tempo e eternidade e relacionar o amor cristão com a esperança pela eternidade. O método utilizado foi de caráter dedutivo e bibliográfico. Deste modo, foi possível entender a vontade de Deus, ao criar o homem e ter-lhe conferido livre-arbítrio, através do qual ele se afasta da prática do mal para se unir na liberdade do amor ao seu criador no tempo e na eternidade.

Palavras-chave: Tempo. Eternidade. Homem. Deus. Santo Agostinho.

ABSTRACT

This article proposed to understand the rational articulation carried out by Saint Augustine about the temporal structure to justify the man's hope for eternity. The Christian philosopher elaborated a logical argument explaining the two different realities: time and eternity, in the book *Confessions*, specifically in book XI, presenting time as a distension of the human soul. Man himself perceives the passage of time in his mind, and he does it in the present time. Aware of this, he divided time into a triple present and associated it to the human soul: present from the past (memory), present from the present (intuition) and present from the future (hope) and noted that eternity is configured as a divine reality, an eternal present. The man inserted in the limits of time, wait for the Jesus Christ's salvation, through his love for God, for the true day in which he will rest in divine eternity. In order to reach this scope, the aim was to present the motive and instrument of divine creation, categorize man as a masterpiece of creation, discuss about evil and free will, conceptualize time and eternity and relate Christian love with hope for eternity. The method used was a deductive and bibliographic. In this way, it was possible to understand the God's will when creating man and have given him free will, in which he moves

¹ Graduando do Curso de Filosofia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: lukasoliv95@gmail.com

² Graduada em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu (2004), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2008) e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2015). Atua como professora de filosofia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: tgarcia@ucv.edu.br

away from the practice of evil to unite in the freedom of love to his creator in time and in eternity.

Keywords: Time. Eternity. Man. God. Saint Augustine.

1. INTRODUÇÃO

O que seria, pois, o tempo? É um dos debates em que a filosofia se detém, ao longo da história, no intuito de situar o homem dentro dos limites da temporalidade. Pode-se atrelar essa temática a um estudo metafísico, pois os conceitos elaborados para compreender o tempo serão de cunho intangível, sobrando para a discussão, apenas a argumentação lógica, sem a utilização de dados empíricos. No alvorecer da filosofia na Grécia antiga, o homem se apoiou na razão, no argumento lógico para se situar no mundo e dar explicações que fugissem do teor mítico, religioso e imaginativo (CHAUI, 2002).

Assim fizeram os primeiros pensadores, tendo em Parmênides e Heráclito o seu apogeu no período da Filosofia conhecido como Pré-socrático. Neste momento da história do pensamento racional, o questionamento sobre o “ser” se entrelaçou com o tempo, no que se refere ao princípio de mutabilidade. O ser em Parmênides é imutável, eterno, estando assim, fora dos limites da temporalidade, enquanto em Heráclito o ser sempre se modifica, em um eterno devir no transcorrer do tempo. (REALE; ANTISERI, 2003).

O tema foi reverberando, conforme a filosofia se desenvolvia no mundo ocidental, perpassando por Platão e Aristóteles, dois dos maiores pensadores da Filosofia no período clássico, que atrelaram o tempo na investigação metafísica. Platão postulou a existência da eternidade no que ele denominou de “mundo das Ideias”, onde se encontravam as ideias de todas as coisas de forma perfeita, eterna e imutável. E o mundo sensível seria o mundo das cópias, as coisas são mutáveis, imperfeitas, extinguem-se em um determinado espaço de tempo. O pensamento Aristotélico, ao contrário, caracterizou-se por tratar o tempo como mudanças perceptíveis à faculdade dos sentidos, devido à potência que cada coisa traz em si, na sua essência e permitindo a atualização em ato. Aristóteles valorizou, assim, o mundo sensível, o mundo das experiências (REALE; ANTISERI, 2003).

Com o passar dos anos e mudança na história, eis que a filosofia ganhou uma nova perspectiva. A filosofia da Idade média foi dividida em patrística e escolástica. Após o surgimento do cristianismo, uma nova ótica orientou os filósofos medievais, e eles passaram a usar a fé conciliada com a razão para se chegar no fundamento de todas as coisas: Deus. Os escritos dos três primeiros séculos foram elaborados pelos padres da Igreja, daí o nome patrística, sendo

Santo Agostinho um dos representantes que contribuiu com maior relevância devido a sua brilhante produção filosófica (REALE; ANTISERI, 2005).

Santo Agostinho, filósofo da era cristã, nasceu no ano de 354 em Tagaste, no norte da África. Seu pai Patrício foi pagão durante toda a vida e sua mãe Mônica era cristã. Os pais impressionados com o talento natural do filho fizeram grandes esforços para que Agostinho ingressasse na Universidade em Cartago. Ele estudou Direito e se juntou com uma amante, com quem viveu durante 15 anos. Com 19 anos, ele leu *Hortensius* de Cícero e, assim, foi influenciado na direção da Filosofia, apreciando a busca pela sabedoria. Paralelo a isso, ele também entrou para a seita dos maniqueus, que combinava doutrina espiritual com uma justificação racional (STEAD, 1999).

Conforme Reale e Antiseri (2005) de 383 para 384, ele se afastou interiormente do maniqueísmo ao abraçar a filosofia da Academia cética, duvidando de tudo. E depois de obter docência em Milão, três encontros decisivos foram cruciais para a conversão de Agostinho ao cristianismo: os sermões do Bispo Ambrósio (de quem recebeu o batismo); as leituras dos livros neoplatônicos, revelando a realidade do imaterial e a não-realidade do mal; e as leituras do Apóstolo São Paulo, aprendendo o sentido da fé, da graça e da redenção de Jesus Cristo.

Convertendo-se ao cristianismo, foi bispo de Hipona e é considerado um dos padres da Igreja, do período da patrística. Em sua obra *Confissões*, ele estabeleceu um novo modelo de se fazer filosofia: a autobiografia, relatando dados de sua vida, conversão e doutrina pautada na iluminação divina. Santo Agostino ou Agostinho de Hipona (354 – 430) foi um filósofo que cristianizou o pensamento platônico e, com isto, pôde afirmar a existência da eternidade e dar uma explicação plausível sobre o tempo, estando o homem inserido nesse contexto (STEAD, 1999).

A argumentação que o filósofo apresentou sobre tempo e eternidade é a mais expressiva e bem elaborada doutrina vista, desde os primeiros pensadores. Nesse sistema, Agostinho situou o homem nos limites do tempo, explicando a estrutura temporal criada por Deus e o desejo intrínseco do homem de olhar com esperança para a eternidade. Ele realizou essa análise temporal com precisão, em sua obra: *Confissões* no livro de número XI (COSTA, 2008).

Diante dessa breve análise histórica sobre a filosofia do tempo, Santo Agostinho construiu um sistema filosófico que marcou o período da Filosofia medieval cristã, o que leva a um questionamento: Qual a interpretação filosófica de Santo Agostinho a respeito do tempo para explicar a esperança do homem pela eternidade? Nessa perspectiva, o presente artigo pretende

entender a estrutura do tempo e a esperança do homem pela eternidade, à luz do pensamento agostiniano, evidenciando a categoria subjetiva do tempo, ou seja, o tempo medido pela alma humana.

No intuito de ampliar a discussão sobre esse tema de profunda reflexão, faz-se necessário apontar e estabelecer objetivos que colaboram para um entendimento mais genuíno sobre tempo e eternidade. O artigo tem por objetivos: apresentar o motivo crucial pelo qual Deus planejou a formulação do universo a partir do nada, segundo Agostinho; descrever o meio que Deus utilizou para criar o universo; apontar o homem como imagem e semelhança de Deus e obra-prima da criação; discutir o problema do mal e do livre-arbítrio; conceituar tempo e eternidade em Santo Agostinho, como também relacionar o amor do homem cristão que tem no tempo a esperança pela eternidade.

Para justificar a escolha do tema, é necessário elencar as contribuições desta pesquisa no âmbito social e acadêmico. No que tange a esfera social, o artigo quer evidenciar a importância do tempo para a compreensão da realidade e apresentar a eternidade como um propósito divino para a salvação do homem, trazendo a possibilidade de vida pós-morte. No âmbito acadêmico e científico, são apontados conceitos importantes tratados na história da Filosofia, com interesse de proporcionar uma reflexão filosófica acerca deles.

Para elaboração do presente artigo, foi abordado o método dedutivo, devido à explicação lógico-racional trazida pela filosofia agostiniana, que se embasará em teorias filosóficas-teológicas para fundamentar princípios particulares sobre os temas propostos (MARKONI; LAKATOS, 2003). No enquadramento do artigo, foi aplicada a técnica de pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008), é desenvolvida com base em material anteriormente produzido.

2. A CRIAÇÃO A PARTIR DO NADA E O MOTIVO DO ATO CRIADOR DIVINO

O nada é, no campo da Filosofia, a ausência de determinada coisa ou pode-se dizer que é o vazio absoluto. Este vazio é ausência de qualquer conteúdo, forma e sentido. Então, o nada pode ser? Não. O nada é acusado de inquilino da experiência, aparecendo como controvérsia no nascimento da ontologia ocidental. Para conceber e representar algo, necessita-se de uma relação com determinada coisa, a partir da apreensão de uma particularidade da coisa em si (GARRIDO, 2017).

Desse modo, como poderia o ser humano conceber o nada no intelecto, sendo que ele não passa pelo crivo da experiência? E ainda, sabendo que o homem não é constituído de uma faculdade

intelectual para captá-lo, como poderia representá-lo? Com o que se assemelharia esse conceito de nada? Garrido relata que este nada é como o não-ser de Parmênides, ou não-ser absoluto. O eleata deduziu que o pensar se refere ao ser que busca aquilo que é real, aquilo que, de fato é, o Ser (GARRIDO, 2017).

Do nada ou do não-ser pode algo vir a existir? É o que respondeu Agostinho de Hipona em sua doutrina filosófica baseada na fé cristã. Teoria esta que trouxe Deus como o Ser absoluto que criou todas as coisas do nada ou do não-ser. Nesse sentido, a teoria filosófica de Santo Agostinho se contrapõe à de Parmênides por considerar que do nada, algo pode vir a existir. E quanto às características do Ser de imutabilidade, de eternidade e unicidade, ele se assemelha ao eleata (GILSON, 2010).

O filósofo cristão ensinou a teoria da criação do universo a partir do *ex nihilo*, que significa do nada (GILSON, 2010), não derivando da substância divina, nem de uma matéria que preexistia (REALE, ANTISERI, 2005). Agostinho revelou que a realidade, à qual o homem está inserido pode ser derivada de três modos: por geração, que significa tirar de sua própria substância; por fabricação, construindo algo a partir da matéria preexistente; ou por criação, a partir do nada absoluto, sem partir da sua substância ou da substância externa (REALE, ANTISERI, 2005).

Compreendendo fabricação como atitude propriamente humana, na qual se produz determinada coisa a partir de uma matéria-prima, é devido que se tome o caminho de compreensão da constituição do universo, tomando as vias da geração e da criação a partir do nada. Conforme Gilson (2010, p. 357-358),

[...] o mundo só pode ter duas origens: ou Deus criou do nada, ou tirou-o de sua própria substância. Admitir a última hipótese, é admitir que uma parte da substância divina possa se tornar finita, mutável, submissa às alterações de todos os tipos e também a destruições, que sofrem partes do universo. Se tal suposição é contraditória, conclui-se que Deus teria criado o universo do nada.

De acordo com Costa e Brandão (2007), Santo Agostinho considerou que Deus, tendo em si o atributo da onipotência, criou o universo não derivando de uma matéria anterior ao mundo, como defendia Aristóteles com sua doutrina proveniente da ação do motor imóvel, tampouco pela teoria de emanção de Plotino, mas criou a realidade a partir do nada. A criação do nada (*ex nihilo*), não deve ser entendida como um nada substancial, para não compreender o nada como alguma coisa, mas sim, como criação a partir do não-ser absoluto, sem a necessidade da matéria pré-existente.

A doutrina da criação se baseia na narrativa do Gênesis, primeiro livro da Sagrada Escritura que revela: “No princípio, Deus criou o céu e a terra” (BÍBLIA, 2003, p. 33). Imbuído desta narrativa, escreveu Agostinho no livro XII da obra *Confissões*:

[...], Deus Todo-Poderoso, és tu, Senhor, que no princípio, que vem de ti, em tua sabedoria, nascida de tua substância, fizeste algo do nada. Criaste o céu e a terra, e isso não com tua substância, pois nesse caso, tua criação seria igual a teu Filho unigênito e, por isso, iguais a ti mesmo. E não seria justo que o que não é de sua substância, fosse igual a ti. Mas fora de ti nada existia com que pudesses fazer o céu e a terra, ó Trindade una, Unidade trina. Por isso, criaste do nada o céu e a terra; duas realidades, uma imensa e outra pequena (AGOSTINHO, 2006, p. 288-289).

Sendo assim, Deus é, em Santo Agostinho, o artesão do universo. Ele criou todas as coisas visíveis e invisíveis (alma) conforme sua razão, partindo de suas ideias. Esta doutrina difere da forma como Platão acreditou ter sido forjado o mundo sensível. Segundo Costa e Pichler (2018, p.171) “[...] os elementos que o Demiurgo utiliza para fabricar o Universo já existiam independentemente do próprio deus. As ideias, o demiurgo e o princípio material do Universo pertencem à eternidade”. Santo Agostinho cristianizou o pensamento platônico, dando uma nova interpretação à criação, estando as ideias no próprio Deus.

De acordo com Reale e Antiseri (2005) o filósofo considerou a teoria das ideias como um pilar fundamental e irrecusável para formular a doutrina da criação. Em Agostinho, Deus criou todas as coisas porque havia um modelo que ele mesmo produziu em seu pensamento, que, para ele, seriam as ideias de Deus, possuindo as características de eternidade e imutabilidade, como as ideias da filosofia platônica. Ao fixar de onde partiu Deus ao formular o universo, um questionamento vem à tona: Por que Deus quis criar todas as coisas?

Segundo Gilson (2010) a única causa é a vontade de Deus que não tem causa, mas é causa de tudo, ou seja, uma causa incausada. Não se pode buscar a causa da vontade de Deus, mas apenas entender a vontade de Deus em desejar um universo tal como existe. Deus é essencialmente bom, e as coisas criadas são boas na mesma medida que são. Assim como está escrito: “Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom” (BÍBLIA, 2003, p. 35). Para entender o ato criador, é necessário compreender que “[...] o mundo seria criado por um ato voluntário, livre e generoso da parte de Deus que desejou criar o mundo” (COSTA; PICHLER, 2018, p. 163). E de que modo teria Deus criado todas as coisas? O que foi utilizado por Deus para que as coisas pudessem vir a existir? O criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, pela força da sua Palavra poderosa deu origem a tudo.

2.1. A PALAVRA CRIADORA DIVINA

No que tange a criação humana de determinada coisa, faz-se necessário utilizar de uma matéria diversa, de um meio, de uma ferramenta para alcançar a forma desejada. Nesse sentido, o homem é limitado porque sozinho não é capaz de gerar algo do nada, devendo, portanto, haver as condições que possibilitem a produção de bens necessários para sua vida nos variados aspectos do cotidiano. Entretanto, diferentemente do homem, o Deus onipotente empregou apenas a força de sua palavra (Verbo), assim evidenciado no livro XI da obra *Confissões*:

Não criaste o universo no universo, porque não havia espaço onde pudesse existir. Não tinhas à mão a matéria com que modelar o céu e a terra. E de onde viria essa matéria que não tinhas ainda feito para dela fazer alguma coisa? Que criatura pode existir que não exija tua existência? Contudo, falaste e o mundo foi feito. Tua palavra o criou (AGOSTINHO, 2006, p. 261).

Assim, narram as Sagradas Escrituras, no início do livro do Gênesis: “[...] a terra estava vazia e vaga, as trevas cobriam o abismo, e um sopro de Deus, agitava, a superfície das águas. Deus disse: ‘Haja luz’ e houve luz.” (BÍBLIA, 2003, p. 33). Para Wénin (2008) esta narrativa bíblica evoca o nascimento da palavra divina. O versículo segundo traz o ambiente caótico que se encontrava e era o sopro de Deus ou o Espírito de Deus que fazia as águas se agitarem. Mediante este caos, eis que sua palavra ordenou o caos e criou a luz. O sopro de Deus não é devastador, apesar de sua imensa força.

Parafraseando Wénin (2008) no início da criação, Deus precisou conter seu poder porque como todo vento forte, poderia ter uma força destruidora. Desse modo, o sopro divino tornou-se palavra. Portanto, entende-se que a palavra não é nada mais que o seu vento ou sopro, onde a força está contida, apaziguada e dominada. Nada é feito sem ter consonância com sua palavra (Verbo), e a obra da criação foi oriunda das ideias divinas, provenientes de sua mente perfeita, ou seja, aquilo planejado por Deus em suas ideias tornou-se realidade. Deus criou todas as coisas, inclusive o tempo, utilizando a força de sua palavra criadora, que de acordo com Cardoso (2010), não é simplesmente uma palavra sensível, é o *Logos*, o Filho de Deus, que é coeterno com o Pai.

2.1.1 A criação do tempo

O tempo é precisamente criado quando se toma um devido ponto de partida para todas as coisas. “No princípio, Deus criou o céu e a terra” (BÍBLIA, 2003, p. 33). Lendo-se esse trecho da Sagrada Escritura, fica evidente a criação das duas realidades (céu e terra), porém, conforme Gilson (2010) é perceptível que o texto bíblico se refere ao início de todas as criaturas. O comentador ainda afirma que tempo tem, por definição, ser uma mudança, fazendo dele criatura

porque não é imutável. Desse modo, existiu um começo testificando que nem o tempo nem as coisas são eternas.

Ao concluir isso, Agostinho quis eliminar a ilusão de um tempo anterior à existência do mundo. Seria possível a pergunta: “O que fazia Deus antes de criar todas as coisas?” Segundo Reale e Antiseri (2005) não havia o tempo, não podendo falar de um “antes” anterior à criação do tempo. O tempo é criação de Deus e o que faz dessa pergunta um erro, pondo para Deus uma característica que se atribui à criatura. Para Cardoso (2010) o conceito de “antes” é um termo referente à estrutura temporal, não cabendo tal pergunta porque na eternidade não ocorre sucessão (tempo – criação – tempo). O ato criador foi no momento determinado pela vontade divina, caracterizada por ser eterna.

Santo Agostinho admitiu não saber a resposta para a pergunta que contém um erro formal. Ele não desejou o inferno para aqueles que querem adentrar nos mistérios, e não quis ridicularizar quem fazia essas perguntas. Ele, categoricamente, disse não saber e escreveu:

[...] meu Deus, és o Criador de toda a criatura; e, se por céu e terra se entende toda criatura, não temo afirmar: “Antes que Deus criasse o céu e a terra, nada fazia. De fato, se tivesse feito alguma coisa, o que poderia ser senão uma criatura? Oxalá eu soubesse tudo o que desejo saber, como sei que nenhuma criatura foi criada antes da criação (AGOSTINHO, 2006, p. 266).

Baseado nisso, escreve Cardoso (2010, p. 86) “[...] tem-se uma resposta estritamente ligada com a eternidade, pois, se Deus fizesse algo, isso já seria criação. Antes da criação do céu e da terra não existia o tempo, logo não se deve questionar o que Deus fazia”. Deus realmente fez algo no momento que criou e concretizou tudo isso em sete dias: a luz e separação das trevas (primeiro dia); o céu (segundo dia); a terra, o mar e as vegetações (terceiro dia); o sol, a lua e as estrelas (quarto dia); todas as espécies de animais (quinto dia). Ao sexto dia Deus formou o homem à sua imagem e semelhança (alma racional), como obra-prima de sua criação, dando-lhe autoridade sobre tudo o que havia criado, fazendo tudo isso de acordo com sua bondade infinita. No sétimo dia, Deus descansou da obra que fizera (BÍBLIA, 2003). Enfim, o tempo é gerado no princípio de todas as coisas, ao fazer Deus sua obra criadora.

Depois de analisar as temáticas expressas anteriormente, cabe agora situar a criação divina dentro do tempo. Segundo Costa (2007), ao analisar o pensamento de Santo Agostinho, pode-se dividir a criação em três momentos: *criatio prima*, *criatio secunda* e *rationes seminales*. Na *criatio prima*, Deus criou a matéria informe, partindo do nada (*ex nihilo*), como escrito no livro do Gênesis: “[...] a terra estava vazia e vaga” (BÍBLIA, 2003, p. 33). Essa matéria informe e confusa foi feita primeiramente para que, dela, todas as coisas estivessem separadas e formadas,

sendo assim, o substrato de onde irão sair os seres posteriormente. A *creatio secunda* consiste na formação dos seres a partir da matéria informe, nos dias da criação, como citado anteriormente. E o terceiro momento das *rationes seminales* é o momento que Deus inseriu os germes para o desenvolvimento das coisas, assunto que será mais detalhadamente explicado no capítulo seguinte.

2.2 A CRIAÇÃO DO HOMEM COMO IMAGEM E SEMELHANÇA DE DEUS

Em conformidade com o que fora expresso anteriormente, Deus criou todas as coisas, segundo sua razão, pois já possuía um modelo produzido em seu pensamento, as ideias, caracterizando assim, a doutrina das ideias. Baseado na teoria das razões seminais criada pelos estoicos e retomada por Plotino (neoplatonismo), Agostinho se valeu desta doutrina (*rationes seminales*) para explicar a criação, juntamente com a teoria das ideias (REALE; ANTISERI, 2005).

Parafraseando Costa (2007), na doutrina das razões seminais, Deus criou a totalidade das coisas, não de forma concretizada, mas inseriu nas coisas criadas as “sementes” ou “germes” de todas as coisas possíveis, desenvolvidas no decorrer do tempo e no decurso das diversas circunstâncias. “Deus injetou no mundo algumas coisas apenas em potência, ou germes invisíveis das coisas, para que [...] pudessem se desenvolver, dando origem aos novos seres” (COSTA, 2007, p. 24). Resumindo, Deus criou juntamente com a matéria, todas as possibilidades de sua concretização, colocando as razões seminais de cada coisa.

Segundo Gilson (2010), a última tarefa de Agostinho mediante à doutrina das razões seminais, é solucionar o difícil problema da criação do homem. O homem criado por Deus é um animal racional e está submetido à morte. Dotado de razão, diferencia-se dos animais e tendo um corpo destinado à morte, distingue-se dos anjos. Ora, se a essência do homem é não ser seu corpo separado e nem sua alma racional separada, entende-se o homem como um composto desses dois elementos. Na ausência de um ou de outro, não existe a possibilidade de vida para o homem, o que ocasionaria em sua morte. Assim está escrito na obra *A Cidade de Deus*:

Como, porém, dizer que morre o corpo, vivendo a alma? É certo não poder sentir doutro modo as dores corporais que seguirão à ressurreição [...]. A alma, por conseguinte, vive de Deus, quando vive bem, e não pode viver bem, se Deus nela não opera o que é bom. O corpo todo vive da alma, quando a alma vive no corpo, quer ela viva de Deus quer não [...]. E o de morte, ademais, segunda, porque acontece depois da primeira, que consiste em rompimento da união existente entre as duas naturezas, a de Deus e alma ou a alma e a do corpo (AGOSTINHO, 1990, p. 98).

Agostinho concebeu a ideia de alma, a partir da leitura que ele realizou das Sagradas Escrituras, sobre a criação de todas as coisas e a do ser humano. Porém, existe um entrave sobre a criação do homem e da mulher porque é narrada de duas formas nas Sagradas Escrituras, a saber no livro do Gênesis. Na primeira está escrito: “Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem,

como nossa semelhança, [...]. Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou” (BÍBLIA, 2003, p. 34). A segunda diz: “[...] Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente [...]. Depois, da costela que tirara do homem, Iahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem” (BÍBLIA, 2003, p. 36-37).

Conforme Gilson (2010) é impossível admitir duas criações para um mesmo ser. Diz a Sagrada Escritura: “Aquele que vive eternamente criou todas as coisas juntas” (BÍBLIA, 2003, p.1170), ou seja, Deus criou todas as coisas de forma simultânea. Então, a doutrina das razões seminais ajudou Santo Agostinho a sair desse entrave e indicar porque o Gênesis apresenta essas duas formas de criação do ser humano para narrar a produção da alma racional na primeira parte e do corpo na segunda. A segunda criação evidencia como Deus operou no transcorrer dos séculos para que o homem pudesse adquirir a perfeição. Segundo Gilson (2010, p. 394):

[...] tendo a alma sido criada sob sua forma perfeita desde a origem, a primeira criação do homem, [...], seria a da alma acabada e do corpo sob forma de razão seminal; a segunda criação [...] significaria que Deus desenvolveu e terminou a razão seminal assim criada, causando através disso o corpo de Adão e de Eva em seu estado de perfeição.

Agostinho desenvolveu no livro décimo terceiro da obra *Confissões*, especificamente nos capítulos XXII, XXIII, XXIV sobre a criação do homem. No livro XXII ele relatou sobre o sentido místico da gênese humana e esclareceu a presença da Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo na obra criadora. Tudo realizado foi por boa vontade da Santíssima Trindade cujas pessoas possuem a mesma substância, diferenciando, apenas, na relação entre si. Ou seja, o Pai tem o Filho, mas não é o filho, e da mesma forma o Filho tem o Pai, mas não é o Pai; dizendo a mesma diferença relacional para o Espírito Santo (REALE; ANTISERI, 2005). Santo Agostinho apresentou a atividade do Deus uno e trino, escrevendo:

“Reformai-vos renovando vosso coração, para discernir a vontade de Deus que é bom, agradável e perfeito”. – Também não dizes: “Faça-se o homem” – mas “ façamos o homem; nem dizes “segundo a sua espécie” – mas “à nossa imagem e semelhança”. Aquele que é renovado no espírito, que compreende e conhece tua verdade, não mais carece que um outro lhe ensine a imitar sua espécie. Graças às tuas lições, ele reconhece por si qual é tua vontade, o que é bom, agradável e perfeito. Tu lhe ensinas, pois agora é capaz deste ensinamento, a ver a Trindade na Unidade e a Unidade na Trindade. Eis por que, depois de falar no plural: “Façamos o homem”, se diz no singular: “E Deus criou o homem”. Depois deste plural: “À nossa imagem” – este singular: “À imagem de Deus”. Assim o homem “se renova pelo conhecimento de Deus à imagem de seu criador [...]” (AGOSTINHO, 2006, p. 335).

Deus deu ao homem a faculdade de poder dominar e julgar toda a criação, atribuindo-lhe autoridade sobre os pássaros do céu, sobre os peixes, sobre os animais domésticos e selvagens, sobre toda a terra e sobre os répteis que nela se arrastam. Não lhe deu, porém, poder sobre os

astros do céu nem sobre os mistérios do céu, tampouco sobre o tempo, discorrido em dias e noites, menos ainda sobre os mares. Deus criou o homem e a mulher conferindo-lhes domínio terrestre, além da capacidade de reprodução da sua espécie, ao dizer Deus: “Sede fecundos, multiplicai-vos [...]” (BÍBLIA, 2003, p. 35). Ao ter Deus criado o homem e a mulher, teria o criador posto um grau de importância, ou uma superioridade do homem sobre a mulher, por ele ter sido criado primeiro?

A resposta encontrada é de que a ordem da criação não gera critério de superioridade. Os primeiros seres criados por Deus se tornaram submissos ao homem, que deteve a liberdade para dominar tudo o que Deus havia criado, entendendo o homem como coroa da criação divina, seria ele o ser acima da criação. Se fosse possível usar esse raciocínio, a mulher criada após o homem, seria superior a ele. E isso não se concretiza na ordem da criação. Não se deve fazer essa análise, portanto, homem e mulher não se diferenciam no caráter de grandeza (SANTOS, 2019).

2.2.1 O mal na perspectiva agostiniana

Em virtude do apresentado, Deus é criador e revela sua suprema bondade na criação, sendo assim, o Sumo Bem. Porém, como poderia, então, ter espaço para o mal no mundo? Seria, porventura, obra do próprio criador? Descreve assim o filósofo cristão, em sua obra *O Livre-Arbítrio*:

Pois, habitualmente, tomamos o termo "mal" em dois sentidos: um, ao dizer que alguém praticou o mal; outro, ao dizer que sofreu algum mal.

[...]

Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom — e não nos é permitido pensar de outro modo —, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo — e negá-lo seria blasfêmia —, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem. É porque, visto ninguém ser punido injustamente — como devemos acreditar, já que, de acordo com a nossa fé, é a divina Providência que dirige o universo —, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo (AGOSTINHO, 1995, p. 25).

Agostinho, divergindo do maniqueísmo (adepto durante nove anos), bebeu da filosofia de Plotino para dizer que o mal não é um ser, mas privação de ser. Para resolver esse problema, Agostinho definiu essa questão complexa em três níveis ou planos distintos para compreender a existência do mal: o metafísico-ontológico, o moral e o físico (REALE; ANTISERI, 2005).

Do ponto de vista metafísico-ontológico, não existe mal no universo, mas graus inferiores de ser em relação a Deus, dependentes da finitude da coisa criada e dos diferentes graus dessa finitude. Ao que se parece um defeito, revela-se como um conjunto articulado numa obra

harmônica (REALE; ANTISERI, 2005). Para Gilson (2010) não basta admitir apenas o erro dos maniqueus em afirmar o mal como ser ontológico. Deve-se ir mais além, sendo um nada por definição (ausência de bem) o mal não pode ser concebido fora de um bem. Para que haja um mal, é preciso existir privação de algo, conseqüentemente, faz-se necessário ter a coisa privada, o bem.

Em segunda instância tem-se o mal moral, sendo ele o pecado. Este se origina de uma má vontade que não possui causa eficiente, mas causa deficiente. Por natureza, a vontade humana deveria sempre tender ao Sumo Bem, e sempre colocá-lo como primordial na vida prática para comportamentos devidamente equilibrados. No entanto, pela extensa variedade de coisas criadas, o homem pode subverter a hierarquia e preferir as coisas criadas ao seu criador, ou escolhendo bens inferiores aos bens superiores (GRACIELLE, 2010).

Isso só é possível porque o homem recebeu de Deus uma vontade livre que o permite escolher as criaturas e não seu criador. O mal está em usar de forma incorreta esse dom precioso conferido por Deus ao homem. Em terceiro patamar, encontra-se o mal físico atrelado às doenças, aos sofrimentos, aos tormentos do espírito e à morte, como consequência do *pecado original*, ou seja, do pecado moral (REALE; ANTISERI, 2005).

2.2.2 O Livre-arbítrio em Santo Agostinho

O problema citado anteriormente sobre a existência do mal no mundo perturbou Santo Agostinho, durante longos anos desde sua conversão. Isso é fato, pois ao evidenciar a perfeição do Ser criador de todas as coisas e admitir que há mal no homem, aparentemente, o filósofo cristão estaria entrando numa controvérsia ou contradição, ao considerar a imperfeição do universo e do homem. Nesse sentido, a graça terá fundamental importância na resposta apresentada para tal questionamento crucial (GILSON, 2010).

Ter-se-ia que responder uma pergunta basilar: Como Santo Agostinho conciliou a imperfeição da obra com o Ser perfeito que a criou? E como solucionar isso? Para responder este questionamento, fora dito que o mal moral depende de uma má vontade do homem que subverte a ordem hierárquica e prefere os bens inferiores aos superiores (REALE; ANTISERI, 2005). Mas por que um Deus perfeito pôde nos conceber uma vontade que poderia se contrapor a Ele mesmo, e assim, realizar o mal moral, o pecado? Seria a vontade livre ou livre-arbítrio um mal dado por Deus ao ser humano?

É importante ressaltar sobre a natureza de todas as coisas que Deus criou, serem boas, assim como escreve Gilson (2010, p. 275): “[...] bastará lembrarmos de que as coisas, na medida em

que são, só podem ser consideradas boas. Sem dúvida, elas nascem, corrompem-se e morrem.” De acordo com Gracielle (2010) o homem criado por Deus é dotado de racionalidade e de uma vontade livre pessoal que em si é um bem. Com isso, o ser humano é orientado a discernir a melhor direção, voltando-se para o Sumo Bem, vivendo uma vida de beatitude ou para dele se afastar, preferindo bens inferiores, constituindo, assim, o mal moral, o pecado, ou seja, a razão da infelicidade humana. A razão e liberdade são faculdades que se diferenciam, sendo tratados posteriormente.

De fato, o problema do mal concerne ao âmbito moral, pois as ações humanas estão dissociadas da essência para a qual o homem foi criado: amar a Deus no exercício de sua liberdade. Dir-se-ia, então, que a responsabilidade recai sobre a vontade e não sobre a natureza do ser humano, que em si é boa. Deus conferiu liberdade ao ser humano, porém o pecado (mal moral) o aprisiona, assim como o Apóstolo São Paulo escreveu na carta aos Gálatas:

É para liberdade que Cristo nos libertou. Permanecei firmes, portanto, e não vos deixes prender de novo ao jugo da escravidão. [...]. Vós fostes chamados à liberdade, irmãos. Entretanto, que a liberdade não sirva de pretexto para a carne, mas pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros (BÍBLIA, 2003, p. 2036-2037).

Por conseguinte, é o homem livre que escolhe fazer o mal, devido a sua vontade inclinada ao pecado. Esta inclinação é oriunda da desobediência dos pais primitivos da criação, o chamado pecado original. Assim como está descrito no Gênesis, em que Deus ordenou ao homem para comer livremente de qualquer fruto das árvores por Ele criadas, exceto da árvore do conhecimento do bem e do mal, pois estaria, assim, o ser humano sujeito à morte. Entretanto, seduzidos pela serpente, Adão e Eva desobedeceram ao mandamento divino e comeram do fruto proibido (BÍBLIA, 2003).

Devido a essa desobediência, as gerações que sucederam os pais primitivos também conheceram o pecado e praticaram atos ilícitos invertendo a ordem hierárquica, como está escrito nas Sagradas Escrituras na carta do Apóstolo São Paulo aos Romanos: “[...] por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (BÍBLIA, 2003, p. 1974).

E qual seria a causa do pecado? Quando Santo Agostinho discorreu sobre a questão do pecado, ele associou o mesmo às paixões desordenadas. O Santo Doutor expressou em sua obra *O Livre-Arbítrio* que a submissão às paixões só pode ser causada pelo livre exercício da vontade: “não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (AGOSTINHO, 1995, p. 52).

Este dom, obra do criador ao ser humano, é apresentado quando Santo Agostinho questionou a Evódio sobre se teria, de fato, Deus atribuído o livre-arbítrio ao homem, e se deveria ou não tê-lo dado. Assim diz Agostinho em seu livro: “[...] esse dom que certamente possuímos e pelo qual pecamos, sabes que foi Deus quem no-lo concedeu?” (AGOSTINHO, 1995, p. 73). A resposta de Evódio é direta: “Na minha opinião, ninguém senão ele, pois é por ele que existimos. E é dele que merecemos receber o castigo ou a recompensa, ao pecar ou ao proceder bem” (AGOSTINHO, 1995, p. 73).

E por que quis Deus conferir ao homem o livre arbítrio? Para Costa (2007), essa propriedade foi dada ao homem para viver retamente. Assim Deus não agiria com injustiça ao castigar os infratores por seus pecados, ou premiar o benfeitor por causa de suas virtudes, usando o livre-arbítrio de forma coerente, como escreveu Santo Agostinho:

[...] é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira [...]. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de Deus. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada? (AGOSTINHO, 1995, p. 75).

Em suma o que seria essa vontade livre? De acordo com Gracielle (2010), o livre-arbítrio é o sujeito moral que tem responsabilidade sobre os seus atos, devido à autonomia de viver que o homem possui. No maniqueísmo isso era inexistente, pois essa corrente de pensamento percebia o homem como simples jogo de forças antagônicas e a Deus como princípio formador da natureza do ser humano, limitado sob formas corporais, de pura materialidade.

Portanto, a essência do livre-arbítrio não está no praticar o mal ou pecar, pois Deus o conferiu ao homem para que viva retamente (vida beata). É evidente que se alguém não é livre, não pode pecar. Porém, sem essa possibilidade de pecar ou agir corretamente, o homem não teria autonomia para buscar a verdadeira felicidade (a esperança pela eternidade no tempo) ou renegá-la, tampouco, conhecer a justiça divina (GRACIELLE, 2010).

Como fora expresso anteriormente, existe diferença entre razão e liberdade. Depois de entendido sobre o livre-arbítrio, desde sua finalidade até sua fundamental importância na vida humana, cabe agora diferenciar uma coisa da outra. Contrapondo o paradoxo de Sócrates, que acreditava que o homem, quando conhece pela razão o bem, torna-se incapaz de fazer o mal, Santo Agostinho apresentou uma perspectiva adversa e inovadora. O filósofo cristão expressou que o homem, pela razão, pode conhecer o bem e a vontade livre pode rejeitá-lo, porque mesmo

que se pertença ao espírito humano, a vontade é uma faculdade diferente da razão, com autonomia própria, embora ligada a ela. A razão conhece e a vontade escolhe, podendo até mesmo escolher o irracional (REALE; ANTISERE, 2005).

Essa liberdade, como foi dita, devido a sua inclinação a uma má vontade, pode levar o homem à prática do mal. Porém, o arbítrio da vontade é necessariamente livre, quando ela não faz o mal. Com o pecado original, essa verdade da liberdade se corrompeu e se enfraqueceu no homem, tendo que ser remediada pela graça divina. Assim, o homem não pode ser totalmente independente em sua vida moral, ele necessita da ajuda de Deus. Se ele deseja, por suas próprias forças, viver retamente, ele falhará e será vencido pelo pecado. Ao contrário, ele precisa se libertar do mal, crendo e escolhendo a graça que o salva (REALE; ANTISERE, 2005).

E que graça é esta que Agostinho se atrelou? De acordo com Gilson (2010), a vontade deseja o bem, mas sozinha é incapaz de realizar o bem que deseja, pois está corrompida pelo pecado. Consequentemente, necessita de um remédio eficaz para o problema. A solução é a redenção do homem por Deus, desenvolvida com a graça de Jesus Cristo. Ele morreu por amor aos homens, derramando seu sangue, para que a humanidade pudesse ser salva por meio deste sacrifício redentor que resgata o homem da escravidão do pecado e o gera para a ressurreição na eternidade. Sobre esta graça São Paulo escreve aos Romanos: “[...] onde avultou o pecado, a graça superabundou” (BÍBLIA, 2003, p. 1974). Desta maneira, Agostinho conciliou a imperfeição da obra com o criador perfeito e solucionou o problema do mal.

2.3 O TEMPO E ETERNIDADE EM SANTO AGOSTINHO

Ao discutir sobre a problemática do mal na vida do homem, tem-se por objetivo entender a salvação que o homem encontrará na eternidade, por merecimento da vida beata que possuiu, situado nos limites do tempo. Para compreender o processo de salvação e a esperança do homem pelo eterno, é plausível questionar: O que é o tempo? E o que se entende por eternidade? É necessário compreender a interpretação que Santo Agostinho elaborou dessas realidades distintas que se relacionam. Conforme Rufino (2007, p. 32) “[...] de acordo com o pensamento de Agostinho, não se pode falar do tempo sem que se fale, antes, da eternidade que, para ele, são categorias interdependentes [...], tempo e eternidade têm estreito vínculo”.

No livro XI da obra *Confissões*, Santo Agostinho discorreu sobre a questão do tempo e da eternidade, esclarecendo que o tempo está ligado com a vida interior do homem, corroborando assim, em uma análise da estrutura temporal, que considerou o aspecto psicológico do homem (SOUZA; PEREIRA, 2012). Entretanto, não é somente do ser humano que se necessita para

compreendê-lo. Não há como falar do tempo sem considerar o criador de todas as coisas e o Verbo de Deus, enfatizando Deus como o artesão do tempo pela Palavra (Verbo). Salientando, que a supremacia do Deus é maior que o tempo e de que a sua existência independe do tempo (CARDOSO, 2010).

Os pensadores que antecederam Agostinho possuíam compreensões distintas quanto a este tema fundamental. Em Platão, o tempo é “[...] imagem móvel da eternidade, e para Aristóteles, a medida do movimento [...]” (RUFINO, 2007, p. 32). Agostinho declarou, ao explicar de maneira racional o tempo, que ele se encontrou diante de um enigma complicado, pois segundo Costa (2007), o tempo será analisado sob dois aspectos: a categoria subjetiva (percebido na interioridade do homem) e a categoria objetiva (tempo quantitativo, sentido pela alma humana), e faz dele de forma respectiva, imanente e transcendente ao homem. Simultaneamente, o ser humano é “hospedeiro do tempo” e está “dentro dos limites da temporalidade”.

O filósofo, embasado em sua crença em Deus, pediu para que o Senhor o iluminasse no intuito de penetrar nos problemas cotidianos (discussão sobre o tempo), que permanecem obscuros por ser um mistério (AGOSTINHO, 2006). De fato, sua investigação foi tão árdua e difícil que quando questionado sobre o que seria o tempo, Agostinho (2006, p. 268) relatou:

Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei. Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse, não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente. Como então podem existir esses dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e se o futuro ainda não chegou? Quanto ao presente, se continuasse sempre presente e não passasse ao pretérito, não seria tempo, mas eternidade.

Como mencionada, a eternidade de Deus é maior que a temporalidade por Ele criada. Conforme Cardoso (2010), mesmo o tempo tendo sido criado por Deus, ele não é subconjunto da eternidade, eles são contrapostos. E nessa contraposição, está a relação de tempo e eternidade com a pessoa humana e a divina. Enquanto o homem sente e mede o tempo passado, presente e futuro, Deus é quem provém a eternidade, pois é eterno (SOUZA; PEREIRA, 2012).

Agostinho indicou essa diferença quando começou o processo de investigação sobre o tempo, ao dizer que se o presente não transcorresse seria eternidade, entendendo assim, um presente que não passa. Se o tempo é criação de Deus, e antes do céu e da terra não havia tempo algum, como explicado, caberia a pergunta: O que fazia Deus antes *então*? Agostinho responde que não poderia haver um *então*, sem existir o tempo (AGOSTINHO, 2006). Ele caracterizou a eternidade, reforçando o erro deste questionamento, ao escrever:

Não é no tempo que és anterior ao tempo: de outro modo não precederias a todos os tempos. Precedes, porém a todo o passado da altura da eternidade sempre presente;

dominas todo o futuro porque está por vir e que, quando chegar, já será passado. Contudo tu és sempre o mesmo, e teus anos não passam jamais. Teus anos não vão nem vêm; mas os nossos vão e vêm, para que todos possam existir [...]. Teus anos são como um só dia, e teu dia não é uma repetição cotidiana, é um perpétuo hoje, porque teu hoje não cede o lugar ao amanhã e nem sucede ao ontem. Teu hoje é a eternidade [...]. Todos os tempos são obra tua, e tu existes antes de todos os tempos; pois é inconcebível que tenha existido tempo quando o tempo não existia (AGOSTINHO, 2006, p. 267).

Esclarecida a realidade da eternidade, o percurso para entender a metodologia utilizada por Agostinho na compreensão da estrutura temporal encontra-se mais facilitada. Para abstrair a análise da estrutura do tempo, é necessário entender, antes, que “o ser do presente é um contínuo deixar de ser, um tender continuamente ao não-ser” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 97). Assim como afirmou Agostinho: “Portanto, se o presente, para ser tempo, deve tornar-se passado, como podemos afirmar que existe, se sua razão de ser é aquela pela qual deixará de existir? Por isso, o que nos permite afirmar que o tempo existe é a sua tendência para não existir” (AGOSTINHO, 2006, p. 268).

Na visão cética, o tempo é desprovido de ser. Mas isso não ocorre em Santo Agostinho, porque, senão, ele estaria afirmando o tempo como não-ser, e seria uma desvalorização que não ocorre em seu pensamento. O tempo é estudado sob o aspecto psicológico – como o homem apreende – e não de caráter ontológico – como ser em si mesmo. Desse modo, é no espírito do homem que reside o tempo, pois nele se conservam o passado, presente e o futuro (CARDOSO, 2010). O tempo, então, na visão agostiniana é a distensão da própria alma (AGOSTINHO, 2006). Nesse sentido, tempo e alma estão interligados, pois aquele é medido no interior do próprio homem.

2.3.1 A estrutura do tempo e a relação com a alma humana

Após evidenciar como o Santo Doutor concebia o conceito de tempo e relacioná-lo com o homem de forma abrangente, deve-se, portanto, ampliar a discussão sobre a estrutura temporal e a forma pela qual o homem percebe, em seu interior, essa passagem contínua do tempo. De maneira, que a reflexão proporcione o entendimento da esperança que o ser humano possui em sua alma pela eternidade, devido ao propósito de salvação formulado por Deus desde a fundação do universo.

Nos primeiros ditos da investigação a respeito do tempo, Agostinho afirmou que o homem tem o costume de dizer que o tempo é longo ou breve, somente podendo expressar isso para as realidades do passado e do futuro. Ele exprimiu um exemplo para galgar sua experiência de análise, chamando de longo um período de cem anos passados e futuros, e breve um de dez dias

anteriores e posteriores (AGOSTINHO, 2006). Nisso, o próprio Doutor levantou o questionamento: “[...] como pode ser longo ou curto o que não existe? O passado não existe mais e o futuro não existe ainda. Por isso não deveríamos dizer ‘o passado é longo’ – mas o passado ‘foi longo’ – e o futuro: ‘será longo’” (AGOSTINHO, 2006, p. 268).

Ao dizer isso, Agostinho quis ir mais a fundo para entender se o tempo passado foi longo quando havia deixado de existir ou quando passava no presente. Ele só poderia ser longo enquanto existia alguma coisa para ser longa, mas uma vez passado, deixou de existir. Então, o filósofo deduziu:

[...] não podia ser longo porque já deixara de existir. Não digamos, portanto: “o tempo passado foi longo” – pois não encontraremos nada que pudesse ter sido longo; uma vez passado, não existe mais. Mas digamos: “O tempo presente foi longo” – porque só era longo enquanto presente. Ainda não passado, ainda não havia deixado de existir, e por isso era susceptível de ser longo. Mas logo que passou, deixou de ser longo, porque cessou de existir (AGOSTINHO, 2006, p. 268-269).

Dando continuidade, o Santo doutor formulou uma análise do presente, querendo demonstrar se o presente é, de fato, longo. Para isso, disse à alma para realizar esse processo porque a ela foi dada a prerrogativa de perceber e medir os momentos. Primeiramente, ele questionou se cem anos presentes são longos, concluiu que não são longos. Não podem estar simultaneamente presentes, porque quando corre o primeiro ano, ainda terão noventa e nove futuros que não existem. Estando no segundo ano, teria um ano passado (não existe mais) e outros anos no futuro (não existem ainda). Da mesma forma, o filósofo afunilou a investigação para um ano, um mês, um dia, uma hora e um instante até chegar num lapso de tempo que não possa ser dividido por frações menores. Para ele somente essa fração poderia ser chamada de presente, mas a passagem do futuro para o passado seria tão rápida que não haveria duração nenhuma (AGOSTINHO, 2006).

Feito isso, Agostinho encerrou a discussão de tempo longo e tempo breve, indicando que nem mesmo o futuro seria longo ou breve. Dizendo com estas palavras:

[...] nós não dizemos que o futuro é longo, porque ainda não existe, e por isso não pode ser longo. Dizemos: “Será longo”. E quando se dará? [...] somente poderá ser longo na hora em que emergir do futuro, que ainda não existe, em que começar a ser e a se tornar presente, de modo que possa ser longo. Nesse caso o presente nos clama, pelo que acima dissemos, que ele não pode ser longo (AGOSTINHO, 2006, p. 270).

O ser humano percebe os intervalos de tempo, compara-os entre si e diz que uns são mais longos e outros mais breves. Ainda que não seja possível medir o tempo, fazemos isso a todo instante. A vida humana é caracterizada por um único tempo chamado de presente (SOUZA; PEREIRA, 2012). E a medida do presente só acontece quando o tempo passa, pois tendo passado, ninguém pode medir ou sentir, porque deixou de existir. E se o homem pudesse medir o tempo, de que

modo o faria? Basicamente seria desta forma:

Se puder medir o tempo, é válido ressaltar que passado e futuro não podem ser medidos no passado nem no futuro, pois não possuem ser. Ambos só são medidos no presente. E o tempo presente não tem extensão, logo não se pode medi-lo enquanto existe, porque não se localiza no espaço. Enfim, o tempo não é uma sucessão de espaços separados, mas sim contínuo e indivisível, ele é uma continuidade, não admite sua divisão em antes e depois (CARDOSO, 2010, p. 88).

E o passado e o futuro existem? Agostinho (2006) está certo de que eles não existem nem como futuro nem como passado, mas apenas como presentes. Quando o homem relata acontecimentos passados, o que vêm à memória não são os fatos em si, mas as palavras que exprimem as imagens dos fatos passados, gravadas em nosso espírito por meio dos sentidos. De forma diferente, acontece com o futuro, pois os fatos que ainda não existem não são representados de forma antecipada em nosso espírito como imagens existentes.

No presente, o homem faz premeditações de suas ações futuras. Quando a ação começa a tomar forma, então, começará a existir, não sendo mais futura, mas presente. Desse modo, o futuro ainda não existe, não existe no agora, não podendo ser visto de modo algum, só pode ser prognosticado pelos sinais presentes, que existem e se podem ver. Isso permite o homem ter esperança em coisas futuras pelo que ele observa pelos sentidos no presente (AGOSTINHO, 2006).

Se tudo o que acontece é no presente que existe, então, segundo Agostinho, a estrutura temporal estaria dividida em um triplo presente, ou seja, o tempo presente é um tempo que se divide em: presente do passado, presente do presente e presente do futuro (SOUZA; PEREIRA, 2012). Assim, conforme Cardoso (2010, p. 89): “Estes três tempos existem na mente do homem e não se vê em outra parte a lembrança das coisas passadas, a visão presente das coisas presentes e a espera das coisas futuras”. Desta forma, no Capítulo XX do livro XI da obra *Confissões*, Santo Agostinho realizou a conclusão estabelecendo uma relação da estrutura do tempo com a alma do homem, porque o tempo “embora tendo ligação com movimento, não está no movimento e nas coisas em movimento, mas sim na alma” (REALE; ANTISERI 2005). Escreveu Agostinho (2006, p. 273):

O que agora parece claro e evidente para mim é que nem o futuro, nem o passado existem, e é impróprio dizer que há três tempos: passado, presente e futuro. Talvez fosse mais correto dizer: há três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. E essas três espécies de tempos existem em nossa mente não as vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é percepção direta; o presente do futuro é a esperança.

Essas categorias presentes na mente do ser humano se relacionam. Agostinho, quando explicou sobre a medida do futuro e a medida do passado, estabeleceu que o objeto que o homem espera

(esperança do futuro) passa pela atenção (percepção direta no presente) e se transforma em lembrança (memória do passado). A espera do futuro está no espírito, da mesma forma como a lembrança do passado. No presente, o que fica é a atenção para o objeto que continuamente se retira (AGOSTINHO, 2006). Por exemplo: Um homem que tem a esperança de ter um carro. Ele espera e compra o carro. No presente, ele usa do objeto mediante sua percepção. Depois de vendê-lo, ficariam impressos, na mente do homem, os registros ou lembranças que o carro proporcionou.

Por esta via de pensamento, Agostinho concluiu dizendo que não existem futuro e passado longos. O que existe é uma longa espera do futuro e uma longa lembrança do passado. No presente, o tempo se distende, por assim dizer:

[...] desloca-se ao passado através da lembrança, e ao futuro através da espera. Nem o ano, nem o dia é todo presente, são os vestígios existentes em nossa alma, que fazem com que, contemos as nossas histórias, a nossa vida, a memória reúne todos os fatos vivenciados e os anseios humanos, só somos capazes de fazermos nossa história a partir das ações realizadas em um momento que já se passou (SOUZA; PEREIRA, 2012, p. 20).

Ao chegar aos momentos finais de sua investigação sobre tempo e eternidade no livro XI, o bispo de Hipona inferiu que a atividade do espírito se divide em memória e em esperança. Porém, é o intermédio da atenção no presente que faz o futuro se tornar passado (AGOSTINHO, 2006). No presente, o homem em Agostinho, ao lembrar de fatos passados, em que conheceu a redenção de Jesus Cristo na história da salvação e na sua vida particular, espera ardentemente o encontro definitivo na eternidade com Deus. A alma que concebe o tempo é a semelhança do homem com o criador. E essa alma tem esperança da salvação para viver eternamente na cidade celestial.

2.3.2 O homem cristão e a esperança pela eternidade

Deus, ao criar o homem, concebeu-o para que vivesse consigo em uma perfeita união no exercício do seu livre-arbítrio. Esse elo perfeito entre Deus e o homem se dá pela capacidade que o homem tem de amar, porque “Deus é amor”. Nesse sentido, o homem vai se assemelhando ao criador quando segue sua vida de forma virtuosa, pela prática do amor. O homem que ama nasce de Deus e conhece a Deus. O homem que não tem essa capacidade de amar, não conheceu a Deus. E a manifestação do amor de Deus se deu ao enviar Jesus Cristo para que o homem pudesse viver por Ele, mediante a sua graça multiforme (BÍBLIA, 2003).

A epístola de São João instrui o homem para fazer da caridade uma prática contínua: “[...] se Deus assim nos amou, devemos, nós também, amar-nos uns aos outros. [...] Se nos amarmos

uns aos outros, Deus permanece em nós e o seu amor em nós é realizado” (BÍBLIA, 2003, p. 2131). A caridade é o amor por Deus. Esse amor é justamente o que foi destruído no homem pelo pecado e a graça de Jesus Cristo restaurou (GILSON, 2010), através do seu amor manifestado na morte de cruz e ressurreição. São João afirma que a caridade é o próprio Deus, e o Apóstolo São Paulo coloca a caridade acima de qualquer coisa. Sem ela o homem não seria nada (BÍBLIA, 2003).

Imbuído das Sagradas Escrituras, o homem bom, em Agostinho, é aquele que ama aquilo que deve amar. Quando o amor do homem está voltado para Deus, amando os homens e as coisas consoante a Deus, é caridade, entretanto, o amor a si mesmo e às coisas do mundo, voltado para si mesmo, é pura ganância. Por isso, o santo Doutor fez uma distinção entre usar e fruir. Os bens devem ser usados como meios para chegar a Deus e não serem tidos como objetos de gozo e fruição, como se fossem fins (REALE; ANTISERI, 2005). De acordo com Gilson (2010, p. 315) a atitude do homem cristão em relação às coisas baseia-se em:

[...] as diversas maneiras pelas quais os homens se comportam em relação às coisas encontram-se finalmente apenas duas: fruí-las ou usá-las. Fruir é fixar sua vontade numa coisa por amor a essa coisa. Usar é servir-se de uma coisa para obter outra. Portanto, fruir-se, do que se considera como um fim; usa-se o que se considera apenas como um meio.

O ser humano que ama verdadeiramente a Deus usa das coisas ao seu redor com um único objetivo que é fruir somente de Deus, alcançando assim a beatitude ou vida beata como exposto anteriormente ao ser explicado sobre a finalidade do livre-arbítrio. Escolhendo de forma virtuosa as coisas para fruir em Deus, o homem cristão ordena seu amor e faz o bem. A ausência desse bem é justamente o mal moral, que é um vício ou paixão desordenada, desvirtuando-se da essência da liberdade e invertendo a hierarquia dos seres (GILSON, 2010).

A correção é feita em função do amor pelo qual a virtude do homem está em amar a si mesmo, aos outros, e as coisas para o deleite em Deus, e não mais em função do conhecimento como acreditavam os filósofos gregos (REALE; ANTISERI, 2005). Mediante isso, esse fruir temporal torna-se uma pequena prefiguração da eternidade com Deus através da salvação de Jesus. Santo Agostinho demonstrou todo seu amor pelo Eterno e deixa claro o quanto espera pelo encontro definitivo, porque o amor que está no homem faz com que este deseje amá-lo ainda mais e por isso ele expressou:

[...] na busca da felicidade, ela só se sacia com sua grandeza, onde encontra repouso [...]. Eu te amo. Se meu amor é pouco, faze que eu te ame com mais força. Não posso medir, não posso saber o que falta a meu amor para que seja suficiente para que minha vida corra para teus braços, e dali não saia antes de se esconder no segredo do teu rosto (AGOSTINHO, 2006, p. 318).

Os homens que amam a si mesmos e demonstram desprezo por Deus, em Agostinho, formaram a cidade terrena, cidade dos prazeres mundanos, é a cidade dos que vivem segundo o próprio homem. Diferentemente, são os homens que, amando a Deus rejeitaram a si mesmo, gerando a cidade celeste (REALE; ANTISERI, 2005). Estes foram guiados pelo ensinamento de Jesus: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me” (BÍBLIA, 2003, p. 1734). Enquanto a cidade terrena deseja a glória de si mesmo, os homens da cidade celeste têm como fim a glória de Deus. A essa diferença dos homens, Agostinho chamou de cidade celeste os bons (Igreja de Jesus Cristo) e de maus os da cidade terrena. Na obra *A Cidade de Deus*, escreveu:

Típico da cidade terrena é render culto a Deus e aos deuses para com seu auxílio conseguir vitórias e assim gozar da paz terrena, não por amor ao bem, mas por ânsia de domínio. Os bons usam do mundo para gozarem de Deus; os maus, ao contrário, querem usar de Deus para gozarem do mundo. Falo de quem pelo menos crê que Deus existe e cuida das coisas humanas, pois outros há muito piores, que nem nisso creem (AGOSTINHO, 1990, p. 180).

Ao comparar as duas cidades, Agostinho encontrou uma correspondência no céu, associando a terrena aos anjos rebeldes e a celeste aos anjos fiéis a Deus. Encontrou também na terra, nas figuras de Caim e Abel, as prefigurações das cidades. É sabido que Caim, por inveja matou Abel, por ter dado uma oferta que agradou a Deus (BÍBLIA, 2003). Caim, em Agostinho, simboliza a cidade dos cidadãos dominadores e Abel a cidade celestial dos peregrinos. Enquanto aquele é destinado à condenação, este à eterna salvação, tendo a história um princípio na criação e um término no fim do mundo, com o juízo final e a ressurreição (REALE; ANTISERI, 2005). Assim ele separou:

[...] Caim foi o primeiro filho [...]. Segui-o Abel, vítima do irmão. É de certa maneira, figura da peregrina Cidade de Deus e mostra que ela há de padecer iníquas perseguições [...] aos que amam a origem terrena e gozam de efêmera felicidade da cidade terrena (AGOSTINHO, 1990, p. 194).

São os habitantes da Cidade de Deus que esperam gloriosamente o dia da ressurreição. São os homens que têm esperança pela eternidade para vivenciar eternamente o repouso eterno, prefigurado no sétimo dia da criação, mas plenificado no oitavo dia consagrado com a ressurreição de Cristo, concluindo toda a história da salvação (AGOSTINHO, 1990). Escreve o Santo Doutor: “Ali se cumprirá isto: Descansai e vede que sou o Senhor. Será esse o grande sábado que não terá tarde, esse sábado encarecido pelo Senhor nas primeiras obras de sua criação [...]. Ali nós próprios seremos o sétimo dia [...]” (AGOSTINHO, 1990, p. 588).

Os homens da cidade celestial louvarão a Deus, sem cessar, na eternidade, pois serão os bem-aventurados que se dispuseram a fazer sua vontade benevolente. Todos os membros da Cidade de Deus estarão devidamente ordenados, encantados pela beleza racional do criador que levará

as mentes racionais dos homens a louvarem o grande artífice (AGOSTINHO, 1990). Esse desejo está no ser humano, como assinala as Sagradas Escrituras: “[...] tudo o que ele fez é apropriado em seu tempo. Também colocou no coração do homem o conjunto do tempo, sem que o homem possa atinar com a obra que Deus realiza desde o princípio até o fim” (BÍBLIA, 2003, p. 1074). E, desse modo, o homem almeja pela felicidade. Contudo, a verdadeira felicidade do homem, em Agostinho, só é conquistada mediante a busca e o louvor a Deus de toda alma e coração (SOUZA; PEREIRA, 2012).

Posto isso, a esperança maior de nossa alma é a da espera pela eternidade. Pode ser uma longa ou breve espera futura, que, definitivamente ao acontecer, selará a história. Esperança essa que Santo Agostinho alimentou, para se unir definitivamente com Deus. Ela é a expectativa de todo homem que ama o criador. E no capítulo XXIX do livro XI, Agostinho (2006) explicita seu amor pelo eterno, dizendo que se esqueceu do passado e que não se preocupa com as coisas futuras e transitórias, estando apenas atento ao que é eterno, e buscando a palma da sua vocação celeste, contemplando a alegria de Deus que não conhece passado ou futuro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem, em Agostinho, somente encontra a verdadeira felicidade, unindo-se a Deus, porque ele é imagem das três pessoas da Santíssima Trindade. Este mesmo homem foi criado para amar, e amando, age conforme sua essência, porque sendo imagem do criador que é amor, faz dele pessoa que ama. Por isso, para amar de forma genuína, faz-se necessário ser livre, não obstante, Deus conferiu o livre arbítrio ao homem para assim escolher ou não seu amoreterno, revelado em seu Filho Jesus.

Nessa via de análise resumida do presente artigo, se compreende o porquê de se discutir de forma breve sobre a fundação do universo, para a identificação do tempo como criatura divina, assim como o homem. Além disso, trazer a problemática do mal atrelando à discussão do livre-arbítrio é necessário, pois o homem, ponto chave do tema do artigo, a partir de sua escolha para viver a vida beata, se afasta da conduta do mal moral.

O pecado corrompe a essência da liberdade conferida por Deus, cabendo ao homem, então, escolher entre: a felicidade vivida no tempo (forma incompleta) e de sua plenitude na eternidade, devido a união ao seu criador na ressurreição; ou de sua perdição, quando o ser humano escolhe viver na pura ganância, amando a si mesmo e rejeitando a Deus.

Este mesmo homem pode conhecer a Deus e continuar buscando viver para si mesmo. Pode

conhecer o bem e não desejar fazê-lo, porque a faculdade da razão é distinta da vontade livre. Amando a Deus na vida temporal, o homem, evidentemente, espera no futuro, com alegria, o dia de sua ressurreição com Cristo na eternidade. E esse presente do futuro, que ainda está por vir, que não existe ainda, faz parte da alma humana e garante ao homem racional buscar a verdade, que é o próprio Deus.

No tempo, o ser humano vive nas fragmentações de um único tempo: o presente, que distingue a criatura do seu criador e está na realidade de um presente contínuo, ou seja, a eternidade. O homem nasce, cresce e um dia morrerá. É a lei da vida, faz parte da existência humana. O homem e o tempo são criações de Deus e, portanto, mutáveis. Fatalmente, deixará essa realidade temporal, mas sempre com esperança na eternidade, buscando sua felicidade plena no criador de todas as coisas, o Deus eterno.

Pela observação dos argumentos apresentados, conclui-se que a interpretação que Santo Agostinho estabeleceu em sua obra *Confissões*, de modo singular no livro XI, explica de forma racional, a esperança que o homem possui em sua alma de alcançar a graça da eternidade com Deus. Concretiza-se, assim, sua história particular de união definitiva com seu criador, que a partir do nada, tudo criou e fez por amor.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus: Contra os pagãos**. Trad. Oscar Paes Leme. vol. 2. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Confissões**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O Livre-Arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paulus,

1995. BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

CARDOSO, Giovani. F. Tempo e eternidade em Santo Agostinho. In: ENCONTRO DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UNESP, 5, 2010, Marília.

Anais...

Marília: Unesp, 2010. p. 81-91.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia: dos Pré-socráticos a Aristóteles**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COSTA, Daiane R.; PICHLER, Nadir A. Da modelagem demiúrgica à criação divina: semelhanças e distinções da influência platônica na obra Santo Agostinho. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 157-173, 2018.

COSTA, Marcos Roberto N; BRANDÃO, Ricardo E. A teoria da criação, segundo Santo Agostinho. **Ágora Filosófica**, Recife, n. 1, p. 7-26, jan./jun. 2007.

_____. O livre-arbítrio, segundo Santo Agostinho: um bem ou um mal?. **Ágora Filosófica**, Recife, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2007.

_____. Santo Agostinho. In: PECORARO, Rossano. **Os Filósofos - Clássicos da Filosofia**: de Sócrates a Rousseau. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008. p. 105-120.

_____. Tempo e Eternidade em Agostinho de Hipona. In: _____. **Tempo e eternidade**. Porto Alegre: EST Edições, 2007. p. 21-27.

GARRIDO, Samuel G. **Reflexões sobre o nada e o não ser**. 2017. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

GRACIELLE, Nascimento C. O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho. **Argumentos**, Fortaleza, n. 3, p. 124-131, 2010.

MARKONI, M. A.; LAKATOS E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia**: Filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **História da Filosofia**: Patrística e Escolástica. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

RUFINO, José R. Santo Agostinho e o tempo exterior à consciência. In: _____. **Tempo e eternidade**. Porto Alegre: EST Edições, 2007. p. 30-35.

SANTOS, Isabel A. V. Homem e mulher os criou. **Revista Principia**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-12, jan./jun. 2019.

SOUZA, C. Cristina de; PEREIRA, C. Silva. **O Tempo e a Eternidade em Santo Agostinho**. 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Bacharelado em Humanidades) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2011.

STEAD, Christopher. Agostinho. In: _____. **A Filosofia na Antiguidade Cristã**. São Paulo: Paulus, 1999. p. 201-224.

WÉNIN, André. Uma palavra criadora: A palavra de Deus segundo o início do Gênesis (Gn 1-3). **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 16, n. 64, p. 11-28, jul./set. 2008.